

## Nove ministros deixam governo

RODOLFO COSTA

A reforma ministerial se encerrou. Após semanas de discussões, o presidente Michel Temer exonerou ontem nove ministros. Deixaram os cargos Mendonça Filho (DEM), da Educação; Leonardo Picciani (MDB), dos Esportes; Marx Beltrão (MDB), do Turismo; Henrique Meirelles (MDB), da Fazenda; Sarney Filho (PV), do Meio Ambiente; Helder Barbalho (MDB), da Integração Nacional; Osmar Terra (MDB), do Desenvolvimento Social; Fernando Coelho Filho (MDB), de Minas e Energia; e Dyogo Oliveira, do Planejamento. As pastas dos Transportes e da Saúde já haviam sido mudadas. Com isso, o ajuste nos comandos na Esplanada dos Ministérios terminou. Pelo menos por ora.

Há dois dias, havia a expectativa de que o ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab (PSD), também abandonasse o posto. O auxiliar, no entanto, confirmou que permanece no cargo. A manutenção do partido foi bem recebida pelo governo, pois assegura um nome forte dos peessedistas sob o guarda-chuva da coligação governista.

A expectativa é que os sucessores sejam empossados na terça-feira. Na Fazenda, no Planejamento, no Desenvolvimento Social e nos Esportes, os atuais secretários executivos: Eduardo Guardia, Esteves Colnago, Alberto Beltrame e Fernando Boeschstein assumem as pastas, respectivamente. Mendonça Filho desembarcou do governo, mas quem deve assumir a pasta é o secretário de Educação Básica, Rossieli Soares da Silva. A secretária executiva Maria Helena Guimarães, ligada ao PSDB — que não integra mais a base governista — foi cogitada, mas deve ser preterida.

Na Integração Nacional, assume o atual secretário de Infraestrutura de Recursos Hídricos da pasta. O ministério do Turismo será comandado pelo presidente da Embratur, Vinícius Lemmertz. Já a pasta de Minas e Energia deve encontrar uma solução caseira. A expectativa é de que o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, assumira a cadeira. Já o Meio Ambiente ainda aguarda uma definição.

## Fazenda vê pouco espaço para reduzir déficit em 2019

*Frustração de receitas preocupa. Planejamento quer meta mais ambiciosa*

Martha Beck

-Brasília- A equipe econômica ainda não chegou a um consenso sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que define os parâmetros para o Orçamento do ano que vem. Enquanto o Ministério do Planejamento defende que o texto traga uma redução da meta fiscal prevista, de déficit primário de R\$ 139 bilhões, o Ministério da Fazenda tem uma visão mais conservadora para o cenário das receitas e defende que o número seja mantido ou até ampliado. A proposta precisa ser encaminhada ao Congresso até o fim da próxima semana.

Segundo integrantes da equipe econômica, a avaliação do Planejamento é que há espaço para que o rombo de 2019 fique de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões abaixo do previsto. Assim, o déficit teria condições de ficar em torno de R\$ 129 bilhões.

FIM DE TAXA  
EXTRA PARA BANCOS

A Fazenda, por sua vez, está preocupada com algumas frustrações de receitas. Uma delas é decorrente da mudança na alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para instituições financeiras. O tributo foi elevado de 15% para 20% de 2015 a 2018, com previsão de baixar em 2019. Isso dá uma perda estimada de R\$ 5 bilhões no ano que vem.

Essa perda se junta a outras, como o aumento dos benefícios do programa Reintegra (de 2% para 3%). Ele dá às empresas um crédito sobre as exportações de produtos manufaturados. Com a elevação do crédito para 3%, o governo perderá R\$ 2,6 bilhões. Além disso, também vai caducar a medida provisória (MP) que tributa fundos de investimento exclusivos, que daria uma receita extra de R\$ 6 bilhões no ano que vem.

Como há um teto para as despesas públicas, a receita é o

parâmetro para fixar a meta fiscal.

— Mesmo com algumas frustrações, a equipe (do Planejamento) acha que dá — disse um integrante da área econômica.

Qualquer que seja o número, ele será um rombo menor do que o registrado em 2018. A meta fiscal deste ano é de déficit de R\$ 159 bilhões. O martelo será batido pelos novos comandantes da Fazenda, Eduardo Guardia, e do Planejamento, Esteves Colnago.

Os técnicos admitem também que o número apresentado no PLDO 2019 pode acabar sendo, na prática, muito diferente do proposto. Isso porque o projeto pode ser modificado pelo próximo governo eleito, uma vez que a proposta da lei orçamentária só precisa ser encaminhada ao Legislativo no segundo semestre. Integrantes do governo admitem que e não é incomum que os indicadores fiscais sejam modificados durante a tramitação do Orçamento.

## Governo pretende arrecadar até R\$ 7 bi com novo leilão do pré-sal

5ª rodada vai contar com quatro blocos nas bacias de Campos e Santos

Ramona Ordonez

O governo federal prevê arrecadar entre R\$ 6,5 bilhões e R\$ 7 bilhões de bônus de assinatura com a oferta de quatro blocos na 5ª rodada de licitações de áreas do pré-sal, que pretende realizar em setembro deste ano. A informação foi dada ontem pelo secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, ao explicar que o valor do bônus de cada área ainda não foi definido, mas que deverá ficar nessa faixa.

Os bônus de assinatura em blocos do pré-sal, que são explorados no regime de partilha, são fixos. O vencedor é o consórcio que oferece o maior percentual de óleo-lucro para a União, que é o volume de ganhos após a dedução de todos os custos e investimentos com a exploração e produção no bloco.

Na 5ª Rodada, devem ser oferecidos os blocos Sudeste de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, e Pau Brasil, na Bacia de

Santos, que não receberam lances no último leilão do pré-sal ocorrido no ano passado, durante a 3ª Rodada.

O secretário explicou que a 5ª Rodada vai contar ainda com as áreas que foram retiradas da 15ª Rodada de áreas marítimas e terrestres (pós-sal), realizada na semana passada, e da 4ª Rodada do pré-sal, que ocorrerá em junho, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Às vésperas da 15ª Rodada, o TCU determinou a retirada de dois blocos do pós-sal na Bacia de Santos (S-M-534 e S-M-645) do certame por serem muito próximos aos blocos do pré-sal. Além disso, o Tribunal retirou a área de Saturno da 4ª Rodada. Assim, para a 5ª Rodada, essas três áreas juntas serão redivididas em dois blocos: Saturno e Titã.

— Estamos preparando toda a documentação para encaminharmos ao Conselho Nacional de Política Energética (CN-PE) até o fim de abril. Além de aprovar as áreas para o leilão, o CNPE terá que considerar essas duas áreas (pós-sal da Bacia

de Santos) como estratégicas para poderem ir a leilão no regime de partilha por estarem fora do polígono do pré-sal. É a primeira vez que isso acontece — explicou o secretário.

A agilidade na proposta foi uma promessa do governo, que, no dia da 15ª rodada, pediu desculpas aos investidores pela retirada abrupta das áreas do leilão para aplacar as reclamações das empresas.

Neste ano, de acordo com Félix, o governo prevê uma arrecadação total da ordem de R\$ 18 bilhões com os leilões de áreas para exploração do petróleo. Na 15ª Rodada, o governo arrecadou cerca de R\$ 8 bilhões. Desse total, R\$ 7,5 bilhões vieram dos nove blocos ofertados, e arrematados, na Bacia de Campos, que foi considerada a grande estrela da licitação. Além do que já foi arrecadado, o governo espera outros R\$ 10 bilhões com os dois leilões do pré-sal neste ano. No dia 7 de junho, serão ofertados quatro blocos na 4ª rodada do pré-sal, com um bônus fixo total de R\$ 3,2 bilhões. Há ainda a expectativa de que o governo consiga fazer este ano o leilão das áreas excedentes da cessão onerosa do pré-sal à Petrobras, em 2010.